

## **PROJETO DE LEI Nº 059/2019**

### **ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, **APROVA** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** O Orçamento do Município de Cachoeiro de Itapemirim para o exercício financeiro de 2020, estima a RECEITA e fixa a DESPESA referente aos poderes do Município, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal Direta em R\$ 514.002.535,90 (quinhentos e catorze milhões, dois mil, quinhentos trinta e cinco reais, noventa centavos), e das Entidades da Administração Indireta em R\$ 69.033.776,21 (sessenta e nove milhões, trinta e três mil, setecentos setenta e seis reais, vinte e um centavos), discriminadas nos anexos integrantes desta Lei, totalizando a importância de R\$ 583.036.312,11 (quinhentos e oitenta e três milhões, trinta e seis mil, trezentos e doze reais, onze centavos).

**Art. 2º** A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, com os seguintes desdobramentos:

	R\$ 1,00
<b>I – RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b><u>514.002.535,90</u></b>
1 – Receitas Correntes	<b><u>454.551.641,92</u></b>
1.1- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	86.623.300,00
1.2- Contribuições	12.480.000,00
1.3- Receita Patrimonial	6.256.200,00
1.6- Receita de Serviços	17.000,00
1.7- Transferências Correntes	326.859.368,42
1.9- Outras Receitas Correntes	22.315.893,50
<b>2 – Receitas de Capital</b>	<b><u>59.450.893,98</u></b>
2.1 – Operações de Crédito	30.000.000,00
2.2 – Alienação de Bens	200.000,00
2.4 – Transferências de Capital	29.249.893,98
2.9 – Outras Receitas de Capital	1.000,00

Fonte: Sistema E & L

<b>II – RECEITAS DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b><u>69.033.776,21</u></b>
Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Cachoeiro de Itapemirim – AGERSA	<b><u>4.085.000,00</u></b>
1 – Receitas Correntes	4.075.000,00
2 – Receitas de Capital	10.000,00

Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cachoeiro de Itapemirim - IPACI	<b>64.948.776,21</b>
1 - Receitas Correntes	21.576.000,00
2 - Receitas de Capital	2.000,00
7 - Receitas Correntes Intra Orçamentárias	43.370.776,21
TOTAL DA RECEITA CONSOLIDADA	<b>583.036.312,11</b>

Fonte: Sistema E & L

**Parágrafo único.** As receitas das Entidades da Administração Indireta serão discriminadas nos anexos desta lei, obedecendo à legislação em vigor.

**Art. 3º** A Despesa será realizada segundo discriminação dos quadros "Natureza da Despesa" e "Programa de Trabalho", com o seguinte desdobramento sintético por função de governo:

R\$ 1,00

I - DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	<b>514.002.535,90</b>
01 - Legislativa	16.771.500,00
28 - Encargos Especiais	10.500,00
SUB - CAMARA MUNICIPAL	16.782.000,00
04 - Administração	92.390.287,58
06 - Segurança Pública	9.791.009,16
08 - Assistência Social	28.966.230,82
10 - Saúde	75.926.868,00
11 - Trabalho	57.860,00
12 - Educação	150.013.434,88
13 - Cultura	6.119.448,34
14 - Direitos da Cidadania	2.600,00
15 - Urbanismo	79.987.179,05
16 - Habitação	1.202.115,68
17 - Saneamento	100,00
18 - Gestão Ambiental	5.867.479,97
19 - Ciência e Tecnologia	650,00
20 - Agricultura	23.616.793,43
22 - Indústria	150,00
23 - Comércio e Serviços	2.413.262,35
26 - Transporte	7.918.369,36
27 - Desporto e Lazer	4.997.600,22
28 - Encargos Especiais	10.338.997,06
99 - Reserva de Contingência	1.290.000,00

Fonte: Sistema E&L

R\$ 1,00

II - DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	<b>69.033.776,21</b>
Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Cachoeiro de Itapemirim - AGERSA	<b>4.085.000,00</b>
04 - Administração	4.085.000,00
Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cachoeiro de Itapemirim - IPACI	<b>64.948.776,21</b>
09 - Previdência Social	50.654.900,00
99 - Reserva de Contingência	14.293.876,21

TOTAL DA DESPESA CONSOLIDADA	<b>583.036.312,11</b>
------------------------------	-----------------------

Fonte: Sistema E&L

**Parágrafo único.** As despesas das Entidades da Administração Indireta serão discriminadas em seus orçamentos próprios, nos termos da legislação vigente.

**Art. 4º** O Orçamento de Investimento da Empresa Pública Municipal fica assim estabelecido:

R\$ 1,00

I – Companhia de Tecnologia da Informação de Cachoeiro de Itapemirim – DATACI	<b>1.000,00</b>
---	-----------------

**Art. 5º** No curso do exercício de 2020, fica o Poder Executivo autorizado, de acordo com as legislações pertinentes, em especial as Constituições Federal e Estadual e a Lei Orgânica do Município, combinadas com a Lei Federal nº 4.320/64 e com a LC 101/2000 a:

**I** – Firmar convênios conforme o estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020;

**II** - Contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação conforme o estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020;

**III** – Firmar contratos com Fundações vinculadas às Universidades Públicas nos termos do artigo 24 da Lei 8.666/93.

**Art. 6º** Ficam delegados poderes ao Secretário Municipal da Fazenda para responder pelas atribuições constantes dos incisos XIX e XXII, do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, sem prejuízo do disposto na Lei Municipal nº 4.282, de 25 de março de 1997.

**Art. 7º** O Poder Executivo promoverá, através da Secretaria Municipal da Fazenda, o repasse de recursos à Câmara Municipal, de acordo com os limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 58/2009.

**Art. 8º** A geração de despesas de caráter continuado terá que ser formalizada em processo e justificada pelo Secretário ordenador das respectivas despesas.

**Art. 9º** O Poder Executivo estabelecerá através da Secretaria Municipal da Fazenda, normas para a realização das despesas, inclusive a programação financeira, nas quais fixará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com a arrecadação da receita, a fim de obter o equilíbrio financeiro preconizado pela legislação específica.

**Art. 10.** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de créditos adicionais suplementares no exercício financeiro de 2020, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do orçamento.

**Art. 11.** Ficam autorizados e excluídos do limite previsto no Art. 10 desta Lei:

**I** - Os créditos adicionais suplementares:

a) destinados a suprir insuficiências nas dotações de pessoal e encargos, de acordo com o Parágrafo único do Art. 66 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas no mesmo grupo de despesa;

b) destinados a suprir insuficiências nas dotações referentes à amortização e encargos da dívida pública;

**Art. 12.** A abertura de créditos adicionais que utilizarem como recurso superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício de 2019, nos termos do artigo 43, I, da Lei Federal 4.320, de 1964, fica autorizada em sua totalidade, não sendo computada dentro do limite estabelecido no artigo 10 da presente lei.

**Parágrafo único.** A abertura dos créditos a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser vinculada às mesmas fontes de recursos à conta das quais foi apurado o superávit financeiro no balanço do exercício de 2019 para atendimento ao que dispõe o parágrafo único do artigo 8º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 13.** A abertura de créditos adicionais que utilizarem como recurso o excesso de arrecadação no exercício financeiro de 2020, nos termos do artigo 43, II, da Lei Federal 4.320, de 1964, fica autorizado, obedecendo os limites do excesso de arrecadação, não sendo computada dentro do limite estabelecido no artigo 10 da presente lei.

**Art. 14.** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a desvinculação de receitas, no exercício financeiro de 2020, nos termos do artigo 2º da EC 93/2016, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentando os artigos 76-A e 76-B.

**Art. 15.** Fica autorizada a alteração orçamentária necessária a atender a Portaria Conjunta nº 02, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e da Secretaria de Orçamento Federal – SOF, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPD, bem como outras portarias elaboradas e publicadas pela STN, SOF e TCEES posteriores à publicação dessa Lei Orçamentária, relativas a classificação da natureza da Receita e da Despesa.

**Art. 16.** A presente Lei terá vigência a partir de 1º de janeiro de 2020.

Cachoeiro de Itapemirim, 04 de outubro de 2019.

**VICTOR DA SILVA COELHO**  
**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – ES  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2020:**

**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA :**

<b>RECEITA CORRENTE PREVISTA</b>	<b>521.407.601,92</b>
<b>(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB</b>	<b>41.204.960,00</b>
<b>(-) CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O RPPS</b>	<b>10.690.000,00</b>
<b>(-) COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>436.000,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA</b>	<b>469.076.641,92</b>

**DEMONSTRATIVO DOS GASTOS COM PESSOAL:**

<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA</b>	<b>469.076.641,92</b>
<b>DOTAÇÕES COM PESSOAL ORÇADAS (PREF + CAMARA)</b>	<b>252.760.151,81</b>
<b>PERCENTUAL PROJETADO</b>	<b>53,88%</b>

<b>RECEITAS VINCULADAS A SAÚDE</b>	<b>285.838.100,00</b>
<b>TOTAL DESPESA SAÚDE FONTE 1.211</b>	<b>46.529.196,00</b>
<b>% DE APLICAÇÃO</b>	<b>16,28%</b>

<b>RECEITAS VINCULADAS A EDUCAÇÃO</b>	<b>292.598.100,00</b>
<b>TOTAL DESPESA EDUCAÇÃO FONTE 1.111</b>	<b>37.486.263,20</b>

<b>DEDUÇÃO PARA O FUNDEB</b>	<b>41.204.960,00</b>
<b>SOMA</b>	<b>78.691.223,20</b>
<b>% DE APLICAÇÃO</b>	<b>26,89%</b>

<b>RECEITAS DO FUNDEB</b>	<b>92.320.000,00</b>
<b>DESPESAS COM PGTO PROF MAGIST</b>	<b>72.604.600,00</b>
<b>% DE APLICAÇÃO</b>	<b>78,64%</b>

## **MENSAGEM**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminhamos, a Proposta de Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2020, para apreciação dessa Casa de Leis.

A proposta correlaciona a atuação da Administração, na sua atribuição enquanto poder público, aos anseios da população e à capacidade de manutenção e investimento para os gastos públicos. O atendimento das necessidades coletivas, dentro da capacidade do governo em bem provê-las mantido o equilíbrio financeiro, busca atender aos ditames da legislação acerca da gestão fiscal equilibrada, democrática, transparente e responsável. Da mesma forma, o encaminhamento da proposta a esta Casa de Leis caminha junto aos ditames legais para a gestão compartilhada dos destinos do município e traz em relevo a atuação conjunta com o Poder Legislativo – órgão representativo direto dos desejos da população.

O planejamento de governo, portanto, caminha em continuidade por meio desta etapa necessária e legítima de apreciação do referido documento, proporcionando a aproximação dos Poderes Legislativos e Executivo para, em atuação democrática conjunta, consolidar o processo conjunto de construção do futuro do nosso Município.

Dessa forma, contamos com o apoio dos Nobres Edis para aprovação do presente Projeto de Lei.

Atenciosamente,

**VICTOR DA SILVA COELHO**  
**Prefeito Municipal**

Cachoeiro de Itapemirim, 04 de outubro de 2019.

**OF/GAP/Nº 454/2019**

Exmº. Sr.  
**ALEXON SOARES CIPRIANO**  
Presidente da Câmara Municipal  
**Nesta**

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando, em anexo, Projeto de Lei nº 059/2019 para apreciação dessa Douta Câmara Municipal.

Atenciosamente,

**VICTOR DA SILVA COELHO**  
**Prefeito Municipal**